

DE VOLTA PARA O FUTURO¹

(Continuidade e mudança no Brasil dos anos 40 ao presente)

Regis Bonelli²

“É sempre perigoso lançar do presente um olhar para o futuro... O Brasil está hoje apenas ainda no começo do seu desenvolvimento” (S. Zweig, 1941, p. 146)

1. INTRODUÇÃO

Um observador da cena econômica brasileira que fosse transportado no tempo do começo do século XXI até o início dos anos quarenta do século passado iria certamente ficar surpreso com as transformações ocorridas desde então. Mas talvez não menos surpreso com algumas semelhanças entre os dois “países” revelados por momentos tão distantes no tempo. É provável que ele se indagasse como é que ocorreu a transformação daquele país profundamente atrasado, como o Brasil de 1940, no país ainda parcialmente desenvolvido de hoje, passados mais de 60 anos. E, de volta para o futuro, aos dias de hoje, qual seria o resultado de uma comparação dos dois “países”, especialmente quanto aos elementos de continuidade e mudança?

Em primeiro lugar, ele se surpreenderia com a profundidade de mudanças que não eram sequer imaginadas em um país que ainda engatinhava no caminho da industrialização; que tinha a maior parte de sua população, que crescia a taxas aceleradas, ainda vivendo em condições muito precárias no meio rural; com a existência de uma guerra mundial (a última nessa escala) em curso, da qual o país se beneficiaria para aprofundar sua industrialização; que assistia ao começo da formação de um Estado moderno, com a criação de diversas instituições ocorrendo velozmente desde pelo menos os anos 1930;³ com uma inflação muito elevada para os padrões da época; e com as características de uma política econômica com forte ingerência estatal que, aos olhos de um observador de então, era bem diferente do regime atual, baseado no tripé câmbio flutuante, responsabilidade fiscal e metas de inflação.

Em segundo lugar ele perceberia que muito do que então existia seria de alguma forma preservado no futuro, ou pouco mudaria, pois constituíam características marcantes e talvez perenes das nossas instituições e “traços nacionais”, bem como escolhas de modelo e de política econômica: a propensão a esperar muito do Estado, na crença de que ele pode tudo (apesar da frustração cotidiana dessa expectativa em várias áreas desde então); a noção de que a melhor estratégia para o desenvolvimento econômico (antes mesmo da criação das primeiras teorias dessa disciplina) estava na expansão do mercado interno; e em uma certa desconfiança no futuro das exportações — de certa forma natural, dado o contexto internacional de protecionismo que se criara nos anos 1930, da economia de guerra (com os cortes de suprimentos externos a ela associados) e da incipiente

¹ Texto preparado para o FORUM ESPECIAL do FORUM NACIONAL sobre o tema “Projeto de Brasil — Opções de País e Opções de Desenvolvimento”, BNDES, 21 de setembro de 2006, por ocasião do 65º aniversário da publicação do livro “Brasil, País do Futuro”, de Stefan Zweig. O autor agradece os comentários de Edmar Bacha e Fabio Giambiagi a uma versão anterior.

² Da ECOSTRAT Consultores, Pesquisador Associado do IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, e Associado do IETS — Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, Rio de Janeiro.

³ O aprofundamento da participação no processo eleitoral, em particular, foi notável. O número de eleitores inscritos aumentou 47 vezes entre 1940 e o presente, tendo passado de pouco menos de 2,7 milhões em 1940 (IBGE, 1990, p. 636) para cerca de 126 milhões atualmente; a população aumentou quatro vezes e meia.

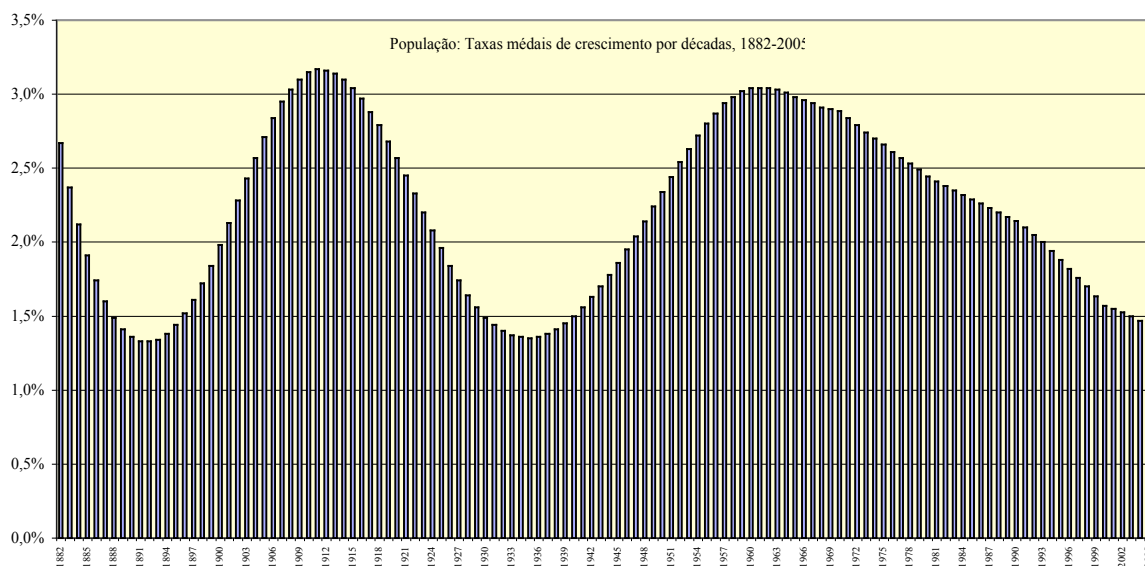
industrialização dos anos anteriores, “voltada para dentro”, especialmente durante a década de 1930.

O objetivo desse texto é o de especular sobre elementos de continuidade e mudança no desenvolvimento econômico brasileiro a partir da comparação de dois estados da economia (o do começo dos anos 40 do século passado e o do começo do século XXI) e, muito resumidamente, descrever como se passou de um estado ao outro. Para isso, o texto está organizado da seguinte forma. A seção 2 trata da transição demográfica pela qual passamos nesses pouco mais de 60 anos, que significou notável mudança em relação ao previsto há não muito tempo atrás. A seção 3 apresenta aspectos do desempenho econômico, destacando a forte mudança estrutural experimentada pelo país na maior parte do período de que nos ocupamos. A seção 4 contém uma cronologia que aborda as mudanças de política econômica mais significativas no período que nos interessa mais de perto. A seção 5 conclui essa nota com uma listagem dos aspectos de continuidade e mudança e uma apreciação de porque o Brasil vem crescendo tão pouco.

2. A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

A população brasileira passou de 41 para 184 milhões de pessoas entre 1940 e 2005, daí resultando uma taxa média de 2,33% ao ano. Mas o crescimento populacional nesse período foi tudo, menos uniforme. Isso é o que mostra o gráfico seguinte, onde se ilustra claramente por intermédio das taxas de crescimento populacional em médias móveis de dez anos a intensidade da transição demográfica experimentada pelo Brasil nas décadas mais recentes, particularmente a partir da década de 60.⁴

Gráfico 1: Brasil — Taxas de crescimento populacional, médias móveis de 10 anos (%), 1882-2005



Fonte: Ver fontes originais no IPEADATA; elaboração do autor.

De fato, acompanhando a onda de imigração de fins do século XIX, associada à abolição da escravatura, e do começo do século passado, a população brasileira teve seu crescimento acelerado até o fim da primeira década do século XX, para desacelerar daí até

⁴ Transição demográfica é, basicamente, a passagem de uma situação de altos índices de fecundidade e mortalidade para outra, de baixos índices. As velocidades dessa passagem são distintas para esses indicadores, obviamente.

meados dos anos 1930.⁵ A grande elevação que se observa desse ponto até o começo da década de 1960 deveu-se à crescente urbanização do país e à redução da mortalidade, especialmente infantil, associada à modernização e à urbanização.⁶ De fato, enquanto em 1940 os pouco menos de 13 milhões de habitantes urbanos representavam 31% da população total, em 2000 a população urbana já era de cerca de 82% da população total.⁷

Um dos resultados deste processo é que o crescimento populacional chegou a atingir 3,04% ao ano no começo da década de 1960. Esse resultado esconde uma enorme disparidade regional da dinâmica demográfica: entre 1950 e 1960, por exemplo, a população cresceu a 2,08% ao ano no Nordeste e a 5,36% ao ano no Centro-Oeste, por força dos fortes movimentos de migração interna que se prolongaram por décadas.

A partir de 1960, no entanto, a taxa de crescimento populacional começa a diminuir, contradizendo previsões de crescimento rápido adicional. É que a partir daí as forças da urbanização e do desenvolvimento começam a operar mais intensamente do que antes, com fortes reduções na fecundidade e na mortalidade, e com aumento na expectativa de vida. Assim, a crescente urbanização, aliada à disponibilidade de informação e às melhorias nas condições de saúde é que foi responsável por: quedas nas taxas de fecundidade (que passaram de 6,16 crianças nascidas vivas por mulher em 1940 para 4,35 em 1980, sendo de 6,40 na área rural e 3,63 no meio urbano); redução da mortalidade infantil, como resultado da vacinação e dos esforços da medicina social (de 158,27 por mil em 1940-50 para 87,88 por mil em 1970-80); e, conseqüentemente, aumento da esperança de vida ao nascer (de 42,74 anos em 1940-50 para 60,08 em 1970-80). A transição demográfica continuou intensa depois de 1980, projetando-se até os dias de hoje. A esperança de vida ao nascer continuou aumentando aceleradamente depois de 1980: entre esse ano e 2000 ela aumentou de 58,4 para 66,0 anos entre os homens e de 65,5 para 74,3 anos para as mulheres.

O gráfico anterior mostra ainda que a taxa média de crescimento populacional na década que termina em 2005 foi de cerca de 1,43% ao ano. Mas na ponta — isto é, em relação ao ano anterior — a estimativa pontual é de pouco mais de 1%.⁸ Isso coloca o Brasil em uma situação próxima à dos países de nível médio-alto de renda e evidencia uma transformação demográfica especialmente rápida para um país em desenvolvimento.

Mas há um aspecto negativo encoberto por essa taxa média: as enormes diferenças regionais e por classes de renda. A população mais pobre cresce a taxas muito mais elevadas do que a população mais rica, que detém mais informação, além de recursos. Essa carência de acesso adequado ao capital humano e físico tende a perpetuar a pobreza.

3. CRESCIMENTO E MUDANÇA ESTRUTURAL

⁵ Do gráfico conclui-se que o crescimento populacional tenha chegado a 1,35% ao ano, apenas, entre 1925 e 1935.

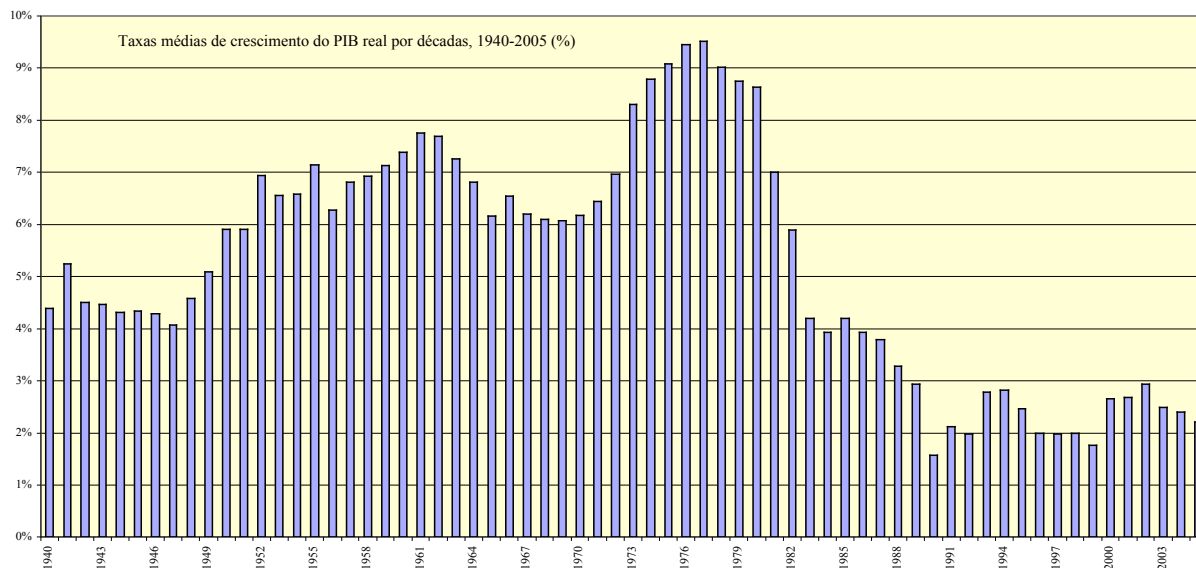
⁶ Vide IBGE (2003), p. 31-57, onde se mencionam estimativas de que a imigração representou 15% do crescimento populacional entre 1890 e 1940, declinando rapidamente desde então.

⁷ Não se consideram no texto eventuais mudanças na classificação rural-urbano do IBGE. Os dados citados provêm de IBGE (1990) e do Censo Demográfico de 2000.

⁸ O sítio do IBGE na internet informa que a taxa estimada para 2006 é um pouco mais elevada do que essa: da ordem de 1,22%. Para 2010 a taxa projetada é de apenas 1,08%. Estudo do IPEA estima que em 2030 a taxa alcance 0,56% (IPEA, 2006), quando a população brasileira chegaria a 225 milhões. Uma implicação interessante dessas mudanças de longo prazo é que uma taxa de crescimento do PIB de 5% representa atualmente um crescimento do PIB per capita da ordem do dobro do que seria obtido nos anos 60.

Nosso observador contemporâneo, quando transportado para trás no tempo ao começo da década de 1940, teria uma visão marcadamente otimista com respeito às perspectivas de crescimento — se ao menos ele dispusesse de dados para o passado recente, que certamente embasariam esse otimismo.⁹ Com o olhar e conhecimento do presente é possível confirmar as bases dessa visão. Isso pode ser feito, por exemplo, a partir do exame do crescimento do Produto Interno Bruto real (PIB) no longo prazo, como no gráfico seguinte, que apresenta as taxas médias decenais de crescimento do PIB de 1940 a 2005.

Gráfico 2: Taxas médias decenais de crescimento do PIB, 1940-2005 (%)



Fonte: IPEADATA, elaboração do autor.

Apesar da guerra, e das dificuldades de comércio e pagamentos internacionais, o Brasil cresceu a taxas médias (cada ponto no gráfico representa a taxa média no período de 10 anos até o ano em questão) relativamente elevadas na década de 40: entre 4 e 5% ao ano. Além disso, com grande variabilidade ao longo do tempo, como se deduz das bruscas mudanças de altura das barras visíveis mesmo nessas médias móveis longas.

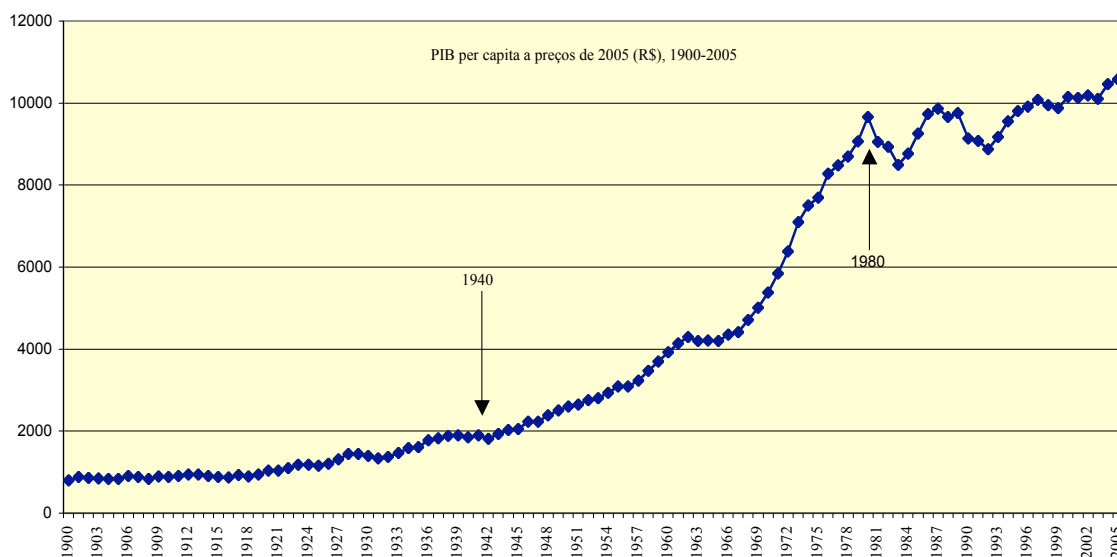
E havia razão para o otimismo quanto ao futuro, como testemunhado pelo desempenho no longo período que se estende até 1980. De fato, por 30 anos a partir de 1950, em nenhum período de 10 anos consecutivos a Brasil cresceu menos do que 6% ao ano. A taxa média decenal mais elevada seria alcançada em 1977 (em relação a 1967, portanto), com a marca de 9,5% ao ano.

Conhecendo o futuro, nosso viajante intertemporal não ficaria espantado ao constatar a súbita perda de dinamismo da economia depois de 1980, sobre a qual muito se dirá mais adiante. Ele notaria que o mergulho do crescimento médio decenal alcançou seu ponto mais fundo em 1990, ano em que a taxa de crescimento do PIB na década alcançou meros 1,57% ao ano. A recuperação dos anos posteriores não foi capaz de elevar a média decenal a mais do que 2,21%, que é a taxa observada entre 1995 e 2005. Ao otimismo que permeou a maior parte do período pré-1980 sobreveio a decepção.

⁹ O sistema de Contas Nacionais do Brasil, que poderia dar as informações relevantes, tem início no começo da década de 50, com dados que remontam a 1947. O trabalho de diversos historiadores econômicos, porém, permitiu que séries históricas fossem construídas para anos anteriores a 1947 em relação a algumas séries. Ver IPEADATA para dados e referências.

Juntando-se as informações sobre o crescimento populacional com as do crescimento do PIB chega-se ao Gráfico 3, no qual apresentamos a série do PIB real per capita de 1900 a 2005 a preços desse último ano. O objetivo de projetar para trás até um ano tão remoto (1900) é o de ressaltar o fato de que o desenvolvimento econômico medido pela evolução do PIB per capita acelerou-se enormemente depois de, aproximadamente 1940 — o que indica ser esse ano um marco na nossa história econômica.

Gráfico 3: PIB per capita, 1900-2005 (R\$, a preços de 2005)



Fonte: IPEADATA, elaboração do autor.

O gráfico mostra que o Brasil precisou de 40 anos para dobrar sua renda per capita antes de 1940 (de R\$ 850 no começo do século XX para cerca de R\$ 1.900 no entorno de 1940). Nos 40 anos seguintes o PIB per capita passou para cerca de R\$ 9.000, quase quintuplicando em relação ao alcançado em 1940.¹⁰ Mas nos 25 anos seguintes o aumento foi de apenas 10%.

Subjacente ao desenvolvimento da maior parte desses anos está a mudança estrutural associada à industrialização, representada pelo aumento do peso da indústria (especialmente manufatureira) na atividade econômica agregada. Essa mudança na estrutura setorial na economia é retratada na tabela seguinte, onde mostramos as participações relativas dos três macro setores no PIB.¹¹ Nela se observam os traços típicos de um processo de desenvolvimento com base na industrialização, que segue um padrão tal que, primeiro, tem-se uma queda da participação da Agropecuária no total compensada inicialmente pela expansão da Indústria e, em menor medida pelo aumento dos Serviços; posteriormente, é este setor que vê crescer sua participação de forma contínua.¹² É interessante ressaltar que embora o Brasil ainda fosse em 1940 um país essencialmente

¹⁰ Uma curiosidade que se conclui dos dados do gráfico é que nos 40 anos que vão de 1941 a 1980 o PIB per capita só diminuiu três vezes, indicando recessão da atividade econômica: em 1942, 1963 e 1965. Nos 25 anos após 1980 ele caiu 11 vezes: de 1981 a 1983, em 1988, de 1990 a 1992, em 1998-99, em 2001 e em 2003.

¹¹ Esse material foi extraído de Bonelli (2004). Ver referências adicionais ali citadas.

¹² A estrutura do emprego acompanha essa evolução, mas com intensidade diferente. Isso implica ganhos diferenciados de produtividade por setor.

agrícola (com o peso da agropecuária sendo de 1,57 vezes o da indústria), a industrialização já havia avançado bastante desde o começo do século XX (em 1900 a relação era de 3,84).¹³

Tabela 1: Participação dos Setores no PIB (% , baseadas em valores a preços de 1949)

Anos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Índice de mudança estrutural	Ordem
1900	44,60%	11,60%	43,80%		
1910	39,70%	13,10%	47,20%	0,38% (1900-10)	4°
1920	38,10%	15,70%	46,20%	0,10% (1910-20)	9°
1930	35,80%	14,80%	49,40%	0,16% (1920-30)	7°
1940	29,40%	18,70%	51,80%	0,62% (1930-40)	2°
1950	22,40%	25,60%	51,90%	0,97% (1940-50)	1°
1960	16,90%	29,80%	53,20%	0,50% (1950-60)	3°
1970	14,30%	32,50%	53,20%	0,14% (1960-70)	8°
1980	9,80%	34,30%	55,90%	0,31% (1970-80)	6°
1990	10,50%	30,00%	59,50%	0,32% (1980-90)	5°
2000	11,00%	27,70%	61,20%	0,08% (1990-00)	10°

Fonte: Elaboração do autor, de acordo com Bonelli (2004).

De fato, a redução da participação do setor primário no PIB brasileiro foi muito rápida do começo do século até a década de 70. Essa participação passou de aproximadamente 45% do PIB em 1900 para cerca de 10% em 1980. A partir desse último ano observa-se manutenção na participação da Agropecuária no PIB em torno daqueles valores, com pequeno aumento nos últimos anos. A contrapartida dessa perda de participação foi o aumento dos setores industrial¹⁴ e de serviços. Partindo de um peso de pouco menos de 12% do PIB em 1900, a indústria aumentou sua participação quase que continuamente até 1980, quando chegou a representar aproximadamente 34% do total. A partir de 1980 essa participação relativa diminuiu também quase que continuamente até 2000, quando ficou próxima de 28%. Logo, em boa medida a perda de dinamismo da economia reflete a da indústria (e vice-versa).

A penúltima coluna da tabela apresenta um índice de mudança estrutural construído a partir dos valores das participações dos três setores no PIB nos anos-limite de cada década.¹⁵ O exame desse índice revela que a década de 40 foi aquela em que as mudanças estruturais foram mais intensas, seguida da de 30 e, com índices próximos a essa, a década de 50. Isso sublinha que o período de mais intensas transformações estruturais foi o que cobre os anos de 1930 a 1960. Em quarto lugar aparece a primeira década do século, devido, principalmente, à forte perda de participação da Agropecuária. O quinto lugar em termos de intensidade da mudança estrutural coube à década de 80, seguida de perto pela de 60. Em sétimo e oitavo lugares aparecem, com índices praticamente idênticos, as décadas de 20 e de 60. No caso da primeira delas, no entanto, a direção da mudança estrutural foi diferente da década de 60 porque naquela houve queda do peso da Indústria — fenômeno que só iria ocorrer novamente depois de 1985. O nono lugar ficou com a década de 10. A década em que foram menores as modificações estruturais foi a de 90, com um valor do índice próximo do alcançado na década de 10. A conclusão principal do exercício é que a

¹³ Em 1980 essa razão chegou a ser de 0,29, que é o mínimo na série mostrada.

¹⁴ A indústria é composta da Extrativa Mineral, Transformação, Construção Civil e Serviços Industriais de Utilidade Pública. Em 1947 a Indústria de Transformação respondia por 20% do PIB. Em 1985 (ano de pico nessa participação) chegou a 31%, todos os valores medidos a preços correntes.

¹⁵ O índice é dado pelas somas das diferenças entre as participações de cada setor em dois anos delimitadores de décadas consecutivas, elevadas ao quadrado.

década entre 1940 e 1950 foi a de mais intensa mudança estrutural em nossa economia, seguida de perto pelas décadas vizinhas de 30 e 50.¹⁶

Outro aspecto a destacar é que as mudanças de produtividade tiveram um papel da maior importância no desempenho de longo prazo, como seria de se esperar. Uma decomposição simples do crescimento do PIB ajuda a entender isso, a partir da identidade seguinte:

$Y = (Y/E).(E/L).(L/P).P$ onde $Y = \text{PIB}$; $E = \text{população ocupada}$; $L = \text{PEA (população economicamente ativa)}$ e $P = \text{população total}$. Ou seja: $\text{PIB} = (\text{produtividade do trabalho}) \times (\text{taxa de ocupação}) \times (\text{taxa de participação}) \times \text{população}$.

A tabela seguinte mostra os valores absolutos do PIB, emprego (ocupação), PEA e população total.¹⁷ Ela inclui também os valores absolutos da produtividade da mão de obra e do PIB per capita a preços de 2005.

Tabela 2: PIB, Emprego, PEA e População (1940-2000)

Valores absolutos	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
PIB (Y)(R\$ mi de 2005)	76096	134937	275099	500624	1145211	1352654	1738783
Emprego (E) (milhões)	14,8	17,1	22,8	29,3	42,3	55,3	64,7
PEA (L) (milhões)	14,8	17,1	22,8	29,6	43,2	58,5	76,2
População (POP) (mil)	41236	51944	70070	93139	118563	149094	171280
Produtividade (Y/E)	5142	7891	12066	17086	27074	24460	26875
PIB per capita (Y/POP)	1845	2598	3926	5375	9659	9072	10152

Fonte: Baseado em Bonelli (2004), com atualização de dados.

Tomando-se logaritmos dos valores do PIB, da produtividade, da taxa de ocupação, da taxa de atividade e da população e subtraindo-se os valores de dois anos consecutivos pode-se fazer uma decomposição de mudanças ao longo do tempo nos valores da identidade acima. Os resultados estão na Tabela 3.

Tabela 3: Decomposição das Variações do PIB em seus Componentes, por Décadas (%)

Determinantes do PIB	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80	1980-91	1991-2000
% Produtividade	74,8%	59,6%	58,1%	55,6%	-61,0%	37,5%
% Taxa de ocupação	0,0%	0,0%	-1,7%	-1,3%	-21,1%	-42,7%
% Taxa de atividade	-15,1%	-1,6%	-3,9%	16,5%	44,5%	50,0%
% População	40,3%	42,0%	47,5%	29,2%	137,6%	55,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Ver texto

Esses resultados indicam que a produtividade da mão de obra representou uma parcela importante do crescimento do PIB brasileiro no longo prazo, mas que essa importância é decrescente com o tempo: de 75% do crescimento do PIB na década de 1940 para 56% na de 1970. A contribuição passa, inclusive, a ser negativa na década de 80

¹⁶ É oportuno observar que esse exercício omite as mudanças que de fato ocorrem no interior de cada um dos macro setores considerados. Essas mudanças, aliás, foram intensas na última década mostrada na tabela.

¹⁷ Dados dos Censos Demográficos. Note-se que os Censos de 1940, 1950 e 1960 igualavam a População Economicamente Ativa (PEA) à Ocupação (emprego), isto é, não havia como calcular a taxa de desemprego. Logo, a taxa de ocupação é igual à unidade. Note-se que estamos simplificando a relação, pois a Taxa de Participação é, formalmente, a relação PEA/PIA (População em Idade Ativa), e não PEA/População. Mas isso não afeta a argumentação.

(quando a produtividade caiu entre os anos de 1980 e 1991; ver Tabela 2). Já na década de 90 tem-se uma recuperação da produtividade, e do papel que desempenhou na determinação do PIB, apesar do baixo crescimento nessa década.¹⁸

As contribuições dos demais componentes também revelam diferenças com o passar do tempo. Assim, a taxa de ocupação passou por pequenas quedas nas décadas de 60 e 70, tendo declinado substancialmente nas duas seguintes. Isso reflete a menor geração de emprego nessas últimas, face a uma PEA que continuou a crescer aceleradamente. Já a taxa de atividade apresentou importância claramente positiva depois de 1970 (e pequena importância nas duas décadas anteriores), indicando que parcelas crescentes da população passaram a participar da PEA, seguindo uma tendência comum a vários países em desenvolvimento. O crescimento populacional, por sua vez, dividiu com a produtividade a responsabilidade principal pelo crescimento do PIB na maior parte do tempo. Mas foi superado por ela até 1980.

Outro traço importante do desenvolvimento brasileiro foi o pequeno grau de abertura da nossa economia, típico do modelo de substituição de importações. Para compreender porque é oportuno retornar ao início do nosso período de análise, ou mesmo antes. Isso porque a década de 30 havia assistido a um aumento do protecionismo e redução do comércio mundial, com o fechamento de diversas economias, do qual o Brasil não foi exceção.

O início dos combates na Europa no final de 1939, aliás, marcou uma importante ruptura nos padrões de comércio, produção e relações internacionais do Brasil, após uma década de intensas transformações entre as quais se inclui a redução no comércio. As dificuldades deveram-se não só ao rompimento das relações econômicas com os países do Eixo¹⁹ mas também às dificuldades de tráfego marítimo e à necessidade de reservar espaço em navios para suprimentos associados à guerra. Esses anos foram de aprofundamento da relação do Brasil com os EUA, algo que viria a marcar o alinhamento com esse país no futuro. A partir daí o Brasil não pôde mais explorar, como fizera nos anos 30, as rivalidades comerciais e políticas entre as grandes potências.²⁰

A tendência ao fechamento da economia, que veio dos anos 30, iria caracterizar a maior parte do desenvolvimento, até quase os nossos dias. Devido a ela, o Brasil não pôde explorar mais plenamente, como fizeram diversas nações da Ásia, as vantagens de especialização e absorção de tecnologia permitidas pelo comércio exterior. Daí resultou um excesso de protecionismo e ineficiências na produção que podem ser responsabilizados pelo baixo crescimento médio da produtividade em diversos períodos.

A pouca importância das transações com o exterior é ilustrada no gráfico seguinte, que mostra a participação dos fluxos de comércio de bens e serviços (exportações mais importações de bens e serviços não fatores) no PIB. Com efeito, as barras horizontais superimpostas no gráfico mostram que, partindo-se de níveis médios da ordem de 21% do PIB do imediato pós-guerra até 1951, o grau de abertura da economia na fase áurea da substituição de importações chegou a apenas 13% (média 1952-71). O aumento para 18% em 1972-85 deveu-se mais à inflação mundial em parte do período (associada aos choques

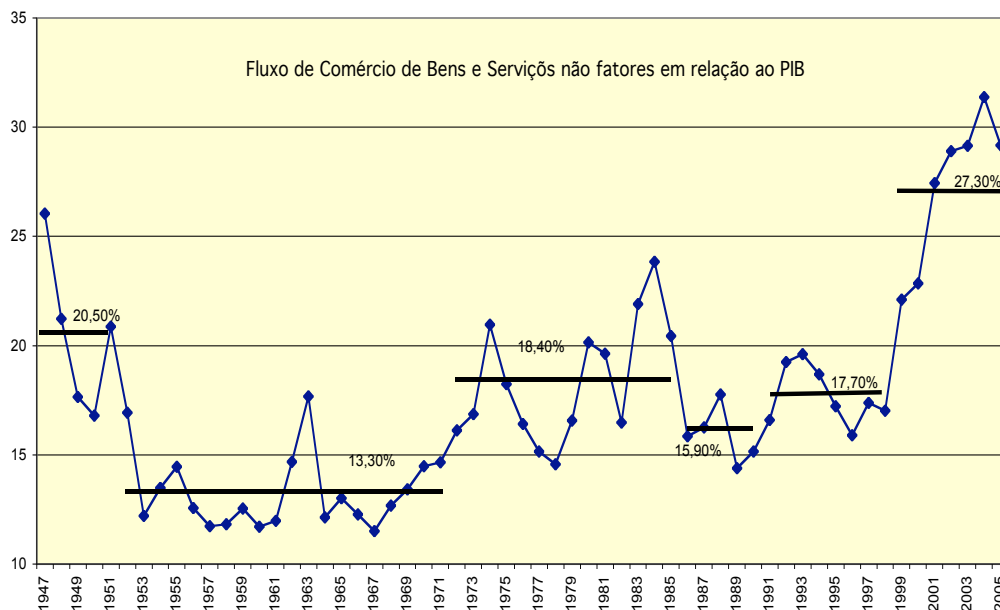
¹⁸ Uma avaliação do papel da produtividade total dos fatores para o crescimento revela conclusão semelhante quanto à recuperação da produtividade nos anos 90, com diferenças de ênfase dependendo do sub-período considerado. Ver, por exemplo, Pinheiro, Gill, Servén e Thomas (2001), Gomes, Pessôa e Velloso (2003) e Bacha e Bonelli (2005).

¹⁹ A Alemanha era em 1939 o segundo principal vendedor para o Brasil, com cerca de 20% das nossas importações, logo atrás dos EUA com 33%.

²⁰ Ver Abreu (1999), *passim*.

do petróleo) do que a um aumento da abertura propriamente dita²¹, retornando a taxa a 16% em 1986-90.

Gráfico 4: Fluxos de Comércio em relação ao PIB, 1947-2005 (%)



Fonte: IPEADATA, elaboração do autor; percentagens baseadas em valores a preços correntes.

Observe-se que mesmo no começo da abertura comercial e financeira (1991-98) o total da corrente de comércio em relação ao PIB não passou da média anual de 18%. Só mais recentemente, depois da mudança do regime cambial de 1999 é que se chegou aos 27% médios (1999-2005, com pico de 31% em 2004). Mas essa taxa ainda é característica de uma economia fechada, mesmo para um país de grandes dimensões como o Brasil.

4. CRONOLOGIA DE MUDANÇAS NA POLÍTICA ECONÔMICA²²

Os anos 40 herdaram dos anos 30 um desenvolvimento industrial estimulado pela demanda doméstica que conciliava baixo nível tecnológico — devido às restrições às importações de bens de capital e insumos — com técnicas intensivas em mão-de-obra e escassa participação do setor público enquanto produtor direto de bens e serviços — mas acentuado aumento da participação do Estado enquanto agente regulador. A idéia de planejamento, que viria a acompanhar boa parte do desenvolvimento brasileiro até recentemente, começou a ser difundida no Brasil desde fins a década de 30, estimulada pela experiência da URSS.²³

O começo da 2ª guerra Mundial trouxe como consequência principal uma brusca redução das importações. Dada a dependência em relação a insumos importados, a queda no ritmo da atividade industrial (e agregada) no triênio inicial da guerra foi imediata, apesar

²¹ Mas registre-se que o quantum exportado cresceu aceleradamente entre 1967 e 1973.

²² Essa seção está baseada em Bonelli (2004). O leitor menos interessado nessa cronologia pode passar à seção seguinte sem prejuízo quanto ao entendimento do texto.

²³ O Pres. Vargas criou a Comissão de Planejamento Econômico em 1944, como órgão subordinado ao Conselho de Segurança Nacional. “A necessidade de algum tipo de ingerência governamental que fosse além da atividade meramente reguladora do setor público foi paulatinamente sendo estabelecida, *de facto*, desde o final dos anos 30” (Malan, Bonelli, Abreu e Pereira, 1977, p. 24)

do acelerado crescimento das exportações de manufaturados, particularmente têxteis. Mas o triênio seguinte encontraria a economia brasileira relativamente adaptada às condições de restrição de oferta externa, apresentando um desempenho mais do que satisfatório para a época: o Gráfico 2 nos informa que a taxa média decenal nesse triênio chegou a cerca de 4,5% ao ano. Um aspecto notável foi o crescimento e diversificação das exportações, especialmente industriais, para os países da América Latina.

Ao longo da Segunda Guerra Mundial, a demanda interna e externa por produtos industrializados permitiu que as indústrias utilizassem intensamente a capacidade instalada e diversificassem a produção. Além disso, a melhoria nos termos de troca, as restrições às importações nos países de origem e a necessidade de economizar espaço nos navios, possibilitaram a obtenção de sucessivos superávits comerciais e folga no balanço de pagamentos à medida que o conflito se estendia. A situação chegou a um ponto tão favorável, já em 1943-44, que o problema da dívida externa — cuja gravidade levara o Brasil a declarar uma moratória sobre os pagamentos relativos ao serviço da dívida poucos anos antes, em 1937 — parecia equacionado, tendo em vista o forte crescimento das reservas cambiais.²⁴ Isso iria mudar muito rapidamente nos anos imediatamente após a guerra.

A política econômica no imediato pós-guerra voltou a ter como preocupação central o balanço de pagamentos, a exemplo do que ocorrera ao longo dos anos 30 e em praticamente a totalidade do período desde então. A origem das dificuldades estava na taxa de câmbio, cujo valor nominal havia sido mantido inalterado desde antes do início da guerra em cerca de 18 cruzeiros por dólar — apesar da inflação média de quase 15% ao ano que ocorreu neste período, tornando as exportações “gravosas”.²⁵ Mas os problemas ficariam temporariamente camuflados devido à recuperação dos preços do café, fato de importantes implicações para a o crescimento econômico brasileiro ao final dos anos 40 e que merece uma breve digressão.

Isso porque à medida que se tornava claro que o câmbio não iria ser desvalorizado, os preços do café começam a subir. Os estoques, que já estavam baixos, praticamente desapareceram rapidamente, elevando ainda mais as cotações. Ao mesmo tempo, o governo decidiu retomar os programas de valorização e apoiar os preços comprando dos produtores a um preço-teto. Concomitantemente a esses eventos teve início a Guerra da Coreia e o *boom* nas cotações de matérias-primas a ela associado. O resultado foi uma fortíssima elevação no preço do café²⁶, a qual permitiu crescentes importações no começo dos anos 50 — apesar de a melhoria nas relações de trocas ter terminado em 1950 — e uma aceleração do crescimento.

O segundo governo Vargas (1951-54) foi bastante conturbado dos pontos de vista político e econômico. Um quase colapso cambial teve início quando, em 1951, com receio de que a Guerra da Coreia se transformasse em outro conflito mundial e com o objetivo de controlar o processo inflacionário, as autoridades relaxaram os controles quantitativos sobre as importações. Essa medida, em face do câmbio valorizado, resultou em uma avalanche de importações. Em um primeiro momento, as exportações de café foram suficientes para manter um (pequeno) superávit comercial. A conta de transações correntes, no entanto, foi

²⁴ Ver análise do período em Abreu (1999).

²⁵ Ver, a propósito, Malan, Bonelli, Abreu e Pereira, op. cit. Argumentava-se que não adiantava desvalorizar o câmbio durante a guerra porque isso não teria efeito adicional sobre as exportações. O regime cambial iria mudar em 1952, por seis meses, para um regime de câmbio livre. Mas a Instrução 70 da SUMOC rapidamente substituiu esse regime por um de taxas múltiplas de câmbio. Ver adiante.

²⁶ O preço do café aumentou, em dólares, cerca de 300% entre 1945 e 1951. O produto chegou a representar 74% da pauta de exportações em 1952, mais do que dobrando sua participação em relação a 1945.

fortemente deficitária (maior valor alcançado até então). Empréstimos de curto prazo foram negociados com o EXIMBANK e um consórcio de bancos londrinos, na suposição de que os preços internacionais do café se manteriam elevados. Isso só aconteceu até o final de 1954, quando a dívida já alcançara a elevadíssima (para a época) cifra de US\$ 1,2 bilhão.²⁷

A solução veio com a alteração do regime cambial a partir de 1953, pela Instrução 70 da SUMOC, quando se introduziu um sistema de leilões de câmbio que solucionou temporariamente o problema de apropriação das rendas de escassez que caracterizava o sistema de licenciamento prevalecente desde 1947. A partir dele o governo seria o beneficiário do diferencial entre as taxas de câmbio para exportação e para importação. A transferência de recursos permitia uma política de importações que iria favorecer fortemente determinados setores industriais, aprofundando a substituição de importações. Esse regime cambial, que vigorou pelo restante da década — embora com modificações — foi capaz de lidar temporariamente com as questões de alocação de divisas e desequilíbrio do balanço de pagamentos. Mas problemas com o café e a aceleração inflacionária, devido ao excesso de demanda na economia, iriam iniciar nova crise no final da década, pondo fim à funcionalidade do sistema.

É fartamente conhecida a aceleração do crescimento nos anos 50, baseada na industrialização e associada ao Plano de Metas do Presidente Kubitschek (vide Gráfico 2; a taxa média de crescimento do PIB chegou a quase 8% entre 1951 e 1961). Além disso, o período pode ser caracterizado pelas intensas modificações estruturais na economia, das quais se destaca a forte expansão da produção de bens duráveis de consumo modernos, alguns dos quais implantados em larga escala no Brasil apenas após a Segunda Guerra.

Mas o período caracterizou-se também por relaxamento do controle monetário. As marchas e contramarchas da política monetária nesses anos representam tentativas de compatibilizar crescimento com estabilidade sob severa restrição de financiamento externo. As tensões geradas nesse processo foram amortecidas pelo crescimento acelerado da produção até o começo da década de 60. Mas quando a economia se viu impossibilitada de crescer pela combinação de inflação, restrição externa, estrangulamento fiscal e queda dos investimentos a partir do término do bloco de inversões associadas ao Plano de Metas, a crise social e política ganhou corpo. O começo dos anos 60 é marcado por uma desaceleração do ritmo de crescimento, particularmente da indústria.

A forte aceleração inflacionária nesses anos — reforçada pelas tentativas de elevar o salário real com a instituição do 13º salário (1962) — agrava-se ainda mais ao longo de 1963 à medida que se acentuavam o descontrole da oferta de moeda e o desequilíbrio nas contas públicas e se fragmentava o poder político, com propostas de mudanças que a estrutura político-institucional vigente não comportava. É neste contexto que foi elaborado um plano de estabilização, o Plano Trienal (1963-65). Mas já no início de sua implementação as medidas tiveram um forte impacto, tendo deslanchado a recessão naquele ano devido às restrições monetárias e creditícias que impôs à economia.²⁸ O golpe de

²⁷ Esse endividamento de curto prazo exigia crescente prioridade na alocação de divisas para o serviço da dívida, dado que as receitas de exportação não se recuperavam e a pauta de importações tornava-se cada vez mais inflexível. Para financiar o desenvolvimento seria preciso encontrar novas soluções, já que as linhas de crédito bilaterais para auxílio ao balanço de pagamentos haviam praticamente chegado à exaustão. Ver, para uma análise do período, Malan (1981).

²⁸ A rigor, inconsistências e hesitações na condução da política econômica, bem como crescentes déficits orçamentários financiados pela criação de moeda, vinham sendo a tônica desde antes. Essa tendência continuaria na administração do Pres. Goulart. A exaustão da capacidade de financiamento do setor público, processo que já era notado no final do governo do Pres. Dutra, impedia o Estado de investir em infra-estrutura

misericórdia no regime viria, como mais de uma vez no passado, com uma crise do balanço de pagamentos: em 1962 o serviço da dívida externa chegara a 1/3 das exportações. Uma nova legislação limitando a remessa de lucros e dividendos desestimulou mais ainda as entradas de capital, tendo os ingressos de investimento estrangeiro praticamente desaparecido em 1963. A crescente instabilidade política, a indecisão administrativa e perda de controle do processo decisório, juntamente com manifestações (ou ameaças de) à esquerda e à direita, polarizaram apoio e oposição ao regime a um ponto tal que se tornou difícil chegar a uma solução negociada para a crise política e econômica. Esse impasse culminou na derrubada do governo no fim do primeiro trimestre de 1964, seguida de novas intervenções na economia.

Uma dessas intervenções identificou a inflação causada pelo excesso de demanda como o principal problema a ser enfrentado. A inflação foi atacada com duras medidas monetárias e fiscais e, particularmente em 1965, por uma compressão salarial sem precedentes até então, graças à adoção de uma fórmula de reajustes salariais que contemplava uma (frequentemente subestimada) previsão de inflação futura. As soluções para os dois problemas que asfixiavam o regime anterior, financiamento do setor público e balanço de pagamentos, foram encontradas: primeiro, em uma reforma tributária que aumentou e indexou as receitas do governo e permitiu a colocação de papéis indexados da dívida pública; segundo, através de apoio do governo norte-americano ao novo regime, que possibilitou, entre outras coisas, um reescalonamento dos pagamentos sobre a dívida externa e a reabertura de linhas de crédito, inclusive do Banco Mundial. Além disso, o problema do balanço de pagamentos seria atenuado pela melhoria da balança comercial — em boa medida, devida à recessão doméstica — e pelos maiores ingressos de inversões estrangeiras, fatores esses auxiliados pelas reformas institucionais então adotadas.²⁹ As medidas foram reforçadas pelos fortes ingressos de financiamentos internacionais associada ao mercado de eurodólares, fenômeno que está na origem da crise da dívida externa brasileira dos anos 80.

A década que vai do fim dos anos 60 até o final dos anos 70 marca um ciclo de crescimento inigualável na história do país. A periodização tradicional destes anos distingue dois sub-períodos: o primeiro, até 1973-74, é caracterizado por uma expansão acelerada da atividade econômica durante o qual o PIB cresceu à surpreendente taxa média de mais de 10% ao ano. O segundo vai até 1980 e é caracterizado pela variabilidade e desaceleração do crescimento. Ainda assim, a taxa de crescimento do PIB ficou acima dos 6% anuais, tendo sido adiados os ajustes às novas condições internacionais.³⁰

O período de crescimento acelerado não pode ser analisado sem levar em conta o contexto externo. Mas fatores domésticos também tiveram importância. Os anos anteriores

e de continuar a transferência indireta de recursos através da intervenção no sistema cambial, como fizera praticamente ao longo de toda a década de 50. Ver Malan e Bonelli (1992).

²⁹ É interessante assinalar que, apesar da retórica liberal, o ciclo que se inicia com a ruptura institucional em 1964 caracterizou-se por notável aumento do grau de intervenção do Estado na economia que inclui a criação de diversos organismos e empresas. Esses poderes de intervenção foram frequentemente utilizados, com o passar do tempo, para beneficiar atividades e setores econômicos considerados prioritários, assumindo as formas mais variadas — isenção de impostos, isenção de indexação (ou adoção de sub-indexação) e concessão de subsídios fiscais ou creditícios, entre outros.

³⁰ As diferenças entre os dois sub-períodos refletem um conjunto combinado de fatores inter-relacionados, entre os quais: (a) a perda de dinamismo no setor industrial; (b) os efeitos da primeira crise do petróleo sobre o balanço de pagamentos, combinados com o aumento nos preços de outras matérias-primas (desde o fim de 1971) e o *boom* de importações especulativas em 1974 e parte de 1975; (c) a recessão e inflação acelerada na economia mundial em meados dos anos 70. Ver Bonelli e Malan (1976) e Malan e Bonelli (1977).

havia sido de baixo crescimento e criação de capacidade ociosa em toda a economia, e especialmente na indústria. Logo, do lado da oferta, um dos fatores que contribuiu para o *boom* foi o alto nível de capacidade não utilizada, que permitiu uma expansão acelerada da produção sem investimentos adicionais em capital fixo em seu começo. Incentivos fiscais e isenções tarifárias para compras de equipamentos contribuíram para o aumento na formação de capital que ocorreu depois. E os ingressos de financiamentos e investimentos permitiram aumentos nas importações de bens capital e de matérias-primas. Pelo lado da demanda, a fase da expansão rápida foi estimulada pelas políticas monetária e fiscal expansionistas, pelo investimento público (incluindo o das empresas estatais, que forneceu ímpeto adicional à economia) e pelo sistema de incentivos às exportações de manufaturados que incluía isenções, subsídios e créditos fiscais.

Uma das principais diferenças com o período 1968-73 foi que o endividamento externo posterior representou um esforço para adiar os custos do ajustamento macroeconômico e, portanto, serviu para manter o crescimento do consumo e do investimento, tanto público quanto privado. No entanto, a vulnerabilidade da economia a choques externos não diminuiu no período. A necessidade de ajuste ficou evidente quando do segundo choque do petróleo, forte aumento das taxas de juros internacionais — que praticamente dobraram no período, devido à mudança na política monetária dos Estados Unidos — e devido à recessão mundial. A combinação dessa onda de choques constituiu um forte golpe, tendo em vista que eles atingiram o Brasil após um período de acumulação de dívida externa não compensada pela concomitante elevação da “exportabilidade” da economia nem das reservas internacionais. A fragilidade do país a choques externos, no entanto, havia aumentado enormemente na década de 70 dado que: (a) a dependência do petróleo importado continuava a existir, embora ocultada pela estabilidade de preços do petróleo após o primeiro choque; (b) a vulnerabilidade em relação à taxa de juros internacional havia também aumentado consideravelmente, uma vez que não menos do que 70% da dívida externa havia sido contratada a taxas de juros flutuantes. Neste contexto, a onda de choques externos adversos levou a economia a uma situação crítica, com forte perda de reservas, boa parte das quais de liquidez nula ou qualidade duvidosa.³¹

O curso da política econômica seria radicalmente alterado no final de 1980, quando o governo optou por provocar uma redução do nível de atividade com o objetivo principal de reverter os saldos negativos da balança comercial e gerar excedentes exportáveis líquidos. A recessão industrial que se seguiu representou uma alteração na política econômica para responder à crise da dívida externa, cujos efeitos iriam influenciar o desempenho macroeconômico no restante da década de 80 e até mesmo mais além.

O último quarto de século caracterizou-se pelo baixo crescimento do nível de atividade, em comparação com os períodos precedentes. Mas há diferenças importantes entre as duas fases que o compõem. Se os anos 80 já foram mais de uma vez denominados de “década perdida”, o título talvez mais correto para os anos posteriores a 90 é o de “ciclo das reformas incompletas”. Isso porque, seguindo-se a mais de dez anos de forte instabilidade macroeconômica, marcados por inflação alta e crescente, depois de 1990 observam-se importantes mudanças de política econômica e reformas do estado.

A década de 80 foi, em sua totalidade, dominada pela questão do endividamento externo e suas implicações. Entre estas se incluem, com destaque, a aceleração inflacionária e a recessão do triênio 1981-83, iniciada por um conjunto de medidas visando contrair a absorção interna e incentivar as exportações para aumentar as exportações líquidas. Essa estratégia foi seguida ao longo do quadriênio 1981-1984 (com a intensidade suavizada

³¹ Ver Malan e Bonelli (1992).

durante um breve interregno no ano eleitoral de 1982). Já o biênio 1985-1986 caracterizou-se pelo rápido crescimento do produto agregado e, a partir do final de 1986, por uma nítida aceleração da taxa de inflação com o fracasso do Plano Cruzado devido à conjugação de indisciplina fiscal com uma política monetária frouxa. Os gastos com investimento mantiveram-se contraídos, e a recuperação de 1984-86 baseou-se principalmente na ocupação da capacidade ociosa gerada no triênio anterior. Foi uma recuperação baseada no consumo, à medida que as exportações reais caíam progressivamente devido à valorização do câmbio em 1986. Ao final desse ano a economia estava claramente superaquecida como resultado de uma política de rendas que estimulou a demanda agregada, mas não a capacidade de produção.

O último triênio dos anos 80 registra a continuação dos desajustes domésticos e, à medida que se chega ao seu final, hiperinflação reprimida, com nova recessão no início da década de 90. Essa recessão, que teve a duração de cerca de três anos, pouco afetou o processo inflacionário, apesar dos esforços das sucessivas equipes econômicas. Uma das conseqüências da “longa década perdida 1981-92” foi a perda de fontes de financiamento do desenvolvimento devido à inflação elevada e às expectativas crescentemente voláteis.³²

Com o desfecho da crise institucional após a renúncia do Pres. Collor houve uma reversão da trajetória descendente do nível de atividade econômica. O dinamismo deste período ocorreu apesar da abertura comercial iniciada no começo da década. Já o crescimento logo depois de 1994 deveu-se ao Plano Real, especialmente à forte e rápida elevação da renda real possibilitada pela brusca redução da inflação, que permitiu que a desaceleração associada à crise do México fosse relativamente suave e temporária. Os efeitos sobre o crescimento foram muito mais fortes e duradouros em seguida às crises asiática (1997) e russa (1998). A recuperação iniciada em 2000 teve vida curta devido à conjunção da desaceleração da economia internacional e das crises energética e argentina de 2001. A crise de confiança de 2002 e a estratégia adotada para recuperar a credibilidade, já no novo governo, em 2003, somada à política antiinflacionária de 2004-2005, resultaram em outra fase de baixo crescimento médio: apenas 2,2% ao ano em 2001-2005.

Mas o país herdaria desses anos um conjunto de iniciativas e reformas (embora ainda incompletas) na direção da correção de distorções há muito acumuladas, como a reforma do estado, abertura comercial e financeira, criação de legislação e instituições visando a responsabilidade fiscal, e regimes de metas de inflação e de câmbio flexível. É nessa herança, e na direção para a qual ela aponta, que se baseia um moderado otimismo quanto às potencialidades do presente.

5. CONTINUIDADE E MUDANÇA: O QUE DEU CERTO, O QUE NÃO DEU

Do anterior pode ter ficado a impressão de que a bem sucedida trajetória da economia brasileira até 1980 foi baseada em uma política econômica voltada para o crescimento que, por força de circunstâncias fora do controle das autoridades, sofreu solução de continuidade depois daquele ano. Nosso viajante intertemporal, porém, não é ingênuo e sabe que essa é apenas parte de uma interpretação muito mais complexa que inclui com destaque o fato de que o contexto internacional foi muito adverso em vários anos no último quarto de século. Mas ele também sabe que as dificuldades experimentadas depois de 1980 foram em parte geradas por decisões de política econômica anteriores à década de 80.

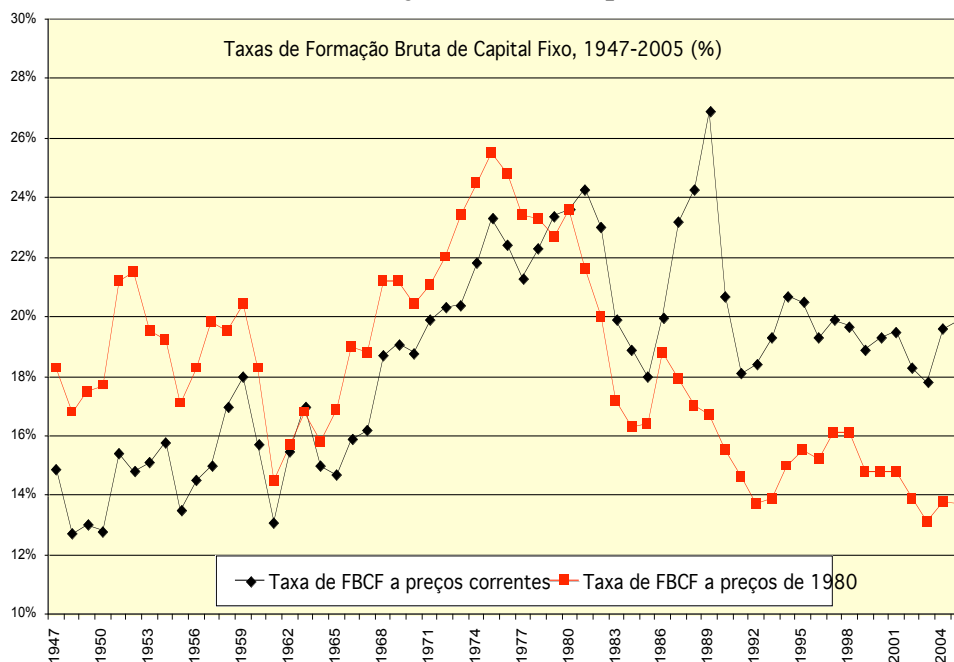
³² Seria injusto não reconhecer os avanços sociais em diversas áreas nessa década. No entanto, eles não foram suficientes para inverter a tendência à concentração de renda e aumento da desigualdade. Pelo contrário, a concentração na distribuição pessoal de renda aumentou entre 1981 e 1989.

Existem várias análises explicativas dessa mudança no desempenho econômico brasileiro desde os anos 80. Vale a pena, nesse contexto, transcrever um trecho relativamente longo de um estudo que privilegia o lado da oferta quanto às causas da desaceleração:

“A taxa de poupança... foi a principal fonte de dinamismo do estoque de capital até o início dos anos 80: ... (ela) aumentou substancialmente do início dos anos 40 até 1974-84, refletindo um grande aumento da dívida externa neste último período... O colapso do crescimento do estoque de capital (logo, do crescimento econômico)... é explicado principalmente pelo comportamento muito adverso d(o) ... preço relativo do investimento. Também colaboraram as quedas d(a) utilização da capacidade .. e especialmente d(a) produtividade do capital .. enquanto que ... (a taxa de poupança) permaneceu praticamente inalterada. ... Em resumo, a principal razão da depressão na acumulação de capital nos últimos vinte anos parece ter sido o aumento no preço relativo do investimento, que reduziu fortemente o poder de compra da poupança. Um exercício simples ilustra esta conclusão. Suponha-se que p (o preço relativo do investimento) houvesse permanecido até 2002 com seu valor médio no período do “milagre” (1964-74), isto é 1/3 menor do que o valor observado no período 1984-2002. Então, tudo o mais permanecendo constante, a taxa média de crescimento do estoque de capital teria sido duas vezes maior em 1984-2002. Recorde-se que o fenômeno de um p crescente foi uma peculiaridade brasileira, provavelmente relacionada ao isolamento econômico do período posterior a 1974.” (Bacha e Bonelli, 2005, p. 181)

Parte da base para essa conclusão pode ser vista no gráfico seguinte, que mostra as taxas de investimento fixo a preços correntes e a preços constantes (de 1980, no gráfico) entre 1947 e 2005. Afastamentos e aproximações entre as duas curvas devem-se a mudanças diferentes nos preços do investimento e do PIB. A curva a preços correntes cresce mais do que a curva a preços constantes sempre que os preços do investimento aumentam mais do que os do PIB (nível geral de preços da economia) ou, o que dá no mesmo, sempre que os preços do investimento aumentam mais do que os do consumo.

Gráfico 5: Taxas de Formação Bruta de Capital Fixo, 1947-2005 (%)



Fonte: Contas Nacionais do Brasil, IPEADATA; elaboração do autor

De 1980 a 1989, por exemplo, a taxa de investimento a preços correntes aumentou de 23,6% do PIB para 26,9%, mas a taxa a preços constantes diminuiu de 23,6% para 16,7%. A diferença entre 16,7% e 26,9% é uma medida do encarecimento relativo dos bens de investimento. Isso significa que um mesmo volume de poupança “comprava” cada vez menos bens de investimento com o avançar da década: o “poder de compra” da poupança diminuiu.

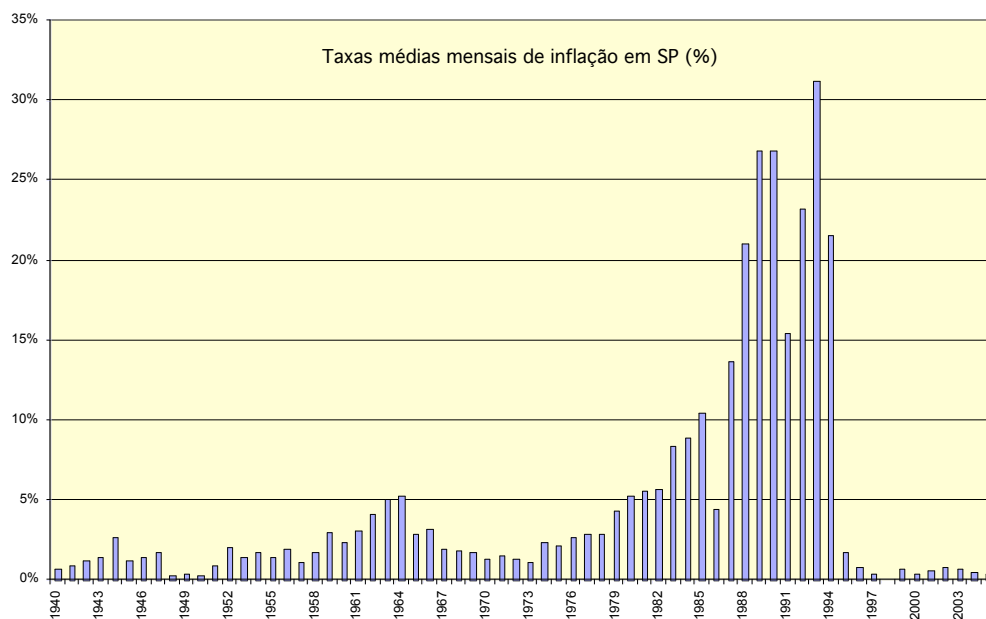
Nosso observador notou, ao analisar a cronologia anotada do período relevante, que parte do êxito do período 1940-80 apoiou-se em bases frágeis — logo, não-sustentáveis — que estão na origem das dificuldades experimentadas desde então. Essas dificuldades se devem a vários fatores, entre os quais se destacam a irresponsabilidade fiscal, o recurso exacerbado ao financiamento inflacionário, a geração de ineficiências na produção devido à estatização e ao fechamento da economia, e perda de capacidade de financiamento e articulação do estado.³³ A partir de comparações dos estados da economia, o restante dessa seção destaca elementos de continuidade e mudança, começando pelas últimas, para finalizar com uma apreciação de por que o Brasil cresce tão pouco.

5.1 Mudanças na direção correta

Controle da Inflação: Na listagem das mudanças mais notáveis da situação atual em relação à do passado nosso observador intertemporal não pôde deixar de incluir o controle (nunca definitivo, é bom lembrar) da inflação. A aceleração da inflação até a superinflação tornou inviável o financiamento inflacionário que havia prevalecido por tanto tempo. Além disso, a inflação é concentradora de renda. O gráfico seguinte mostra as taxas mensais de variação dos preços ao consumidor no município de São Paulo de 1940 aos nossos dias, permitindo visualizar o descontrole da inflação depois de 1980. De fato, o único ano antes de 1980 em que o aumento de preços havia igualado a taxa desse ano (85%) foi 1964 (com 86%) — e a inflação, como se recorda, foi uma das justificativas para a intervenção militar em 1964.

³³ A exaustão da capacidade de financiamento do setor público, aliás, é uma preocupação que vinha desde o final dos anos 1940, sendo temporariamente solucionada pela reforma tributária de 1967.

Gráfico 6: Taxas Médias Mensais de Inflação em São Paulo (IPC-FIPE), 1940-2005 (%)



Fonte: IPEADATA, elaboração do autor.

Melhoria na Cobertura da Educação: Além da enorme melhoria nas condições de saúde que deram origem à forte transição demográfica, a educação também passou por uma revolução no Brasil. Mas a qualidade da educação piorou em diversos níveis. A colocação dos jovens brasileiros de 15 anos de idade entre os últimos lugares nos testes do PISA (Programme for International Student Assessment) é uma evidência disso. De qualquer forma, as mudanças nessa área podem ser consideradas notáveis, especialmente quanto à cobertura dos serviços: a frequência escolar entre os jovens passou de 21,5% em 1930 para uma cobertura quase integral atualmente (pouco mais de 97%).³⁴

Abertura da economia: Uma evidência da perda de funcionalidade do regime antigo foi o abandono do paradigma do desenvolvimento pela substituição de importações, que havia sobrevivido até os anos 80. Suas bases — economia fechada, com forte presença e comando estatal — foram parcialmente trocadas pelas de um modelo de economia mais aberta, com menos presença do Estado e mais predominância das forças de mercado. De certa forma, isso foi forçado pela crise fiscal do Estado que o regime de superinflação não conseguiu camuflar. Mas aqui, como em outras áreas, a mudança está incompleta.

Infraestrutura: A melhoria na infraestrutura brasileira foi notável na maior parte do período, acompanhando o desenvolvimento do país.³⁵ Mas, como em outras áreas de atividade, continua deficiente. Parte das dificuldades aqui se deve à crise fiscal do estado, que levou ao corte de gastos de investimento mais do que proporcionalmente em relação aos de consumo — ignorando o fato de que o investimento em infraestrutura é um dos possíveis indutores do investimento privado e fator de elevação da competitividade. Parte, à dificuldade de implementar esquemas de financiamento com o setor privado (privatização, concessões, PPP, etc.).

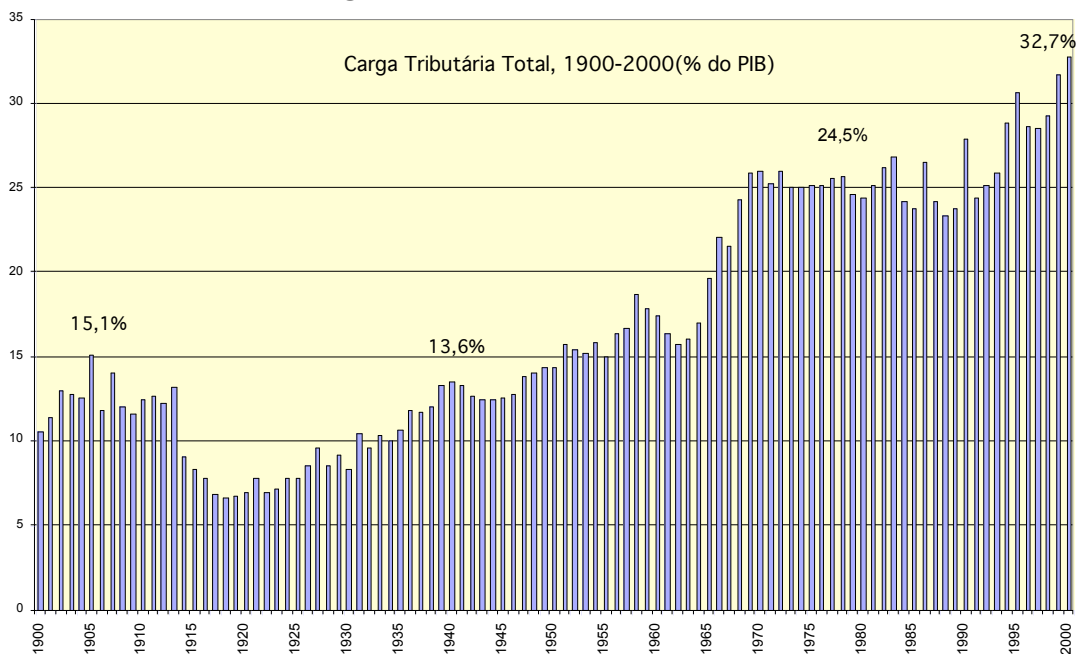
³⁴ Informações retiradas de artigo da Dra. Claudia Costin em O ESTADO DE SÃO PAULO, 29/8/2006, p. A2.

³⁵ A descrição feita por Zweig da infraestrutura brasileira de transportes, especialmente rodoviária, é vívida e bem ilustrativa das péssimas condições vigentes.

5.2 Mudanças na direção errada³⁶

Aumento da Tributação: O aumento da carga tributária total no Brasil (tributação direta e indireta, inclusive estados e municípios) foi espantoso: em 1940 a carga tributária era de 13,6% do PIB, proporção semelhante à do início do século e da que vigoraria no restante dos anos 1940. A partir de então a participação da carga tributária no PIB cresceu de forma praticamente ininterrupta até estabilizar-se em cerca de 25% na década de 70. De certa forma, esse fenômeno é normal em um país em modernização, em parte atribuível às exigências do desenvolvimento.³⁷ Mas é difícil justificar uma carga tributária que se aproxima dos 40% no ano em curso, dado o aumento de cerca de cinco pontos de porcentagem do PIB de 2000 a 2005, com todos os efeitos perversos de asfixia da atividade econômica e estímulo à informalidade. Essa carga, como se sabe, supera em muito a de países com grau de desenvolvimento semelhante ao do Brasil. E, como se nota no gráfico, cresceu muito nos anos após 1988 devido às novas atribuições criadas pela Constituição promulgada naquele ano, que implicaram gastos adicionais para o governo.

Gráfico 7: Carga Tributária Total, 1900-2000 (em % do PIB)



Fonte: IBGE (2003), CD-ROM. Elaboração do autor

5.3 Continuidade, ou o que pouco (ou nada) mudou.

³⁶ Não é este o lugar para fazer uma listagem de todos as dificuldades do presente (déficit da previdência, juros elevados, câmbio valorizado, etc.), mas apenas o de destacar uma área crítica em que a informação permite avaliar a magnitude da distorção em uma visão de longo prazo.

³⁷ Note-se que na época da reforma de regime em 1967 a carga tributária já respondia por cerca de 22% do PIB.

Distribuição de renda:³⁸ O Brasil é reconhecidamente um país de grande desigualdade no que toca à distribuição de renda e da riqueza — vale dizer, propriedade. A distribuição de renda reflete a da riqueza, aí incluída a dotação de capital físico e humano onde, apesar dos inegáveis avanços, o Brasil ainda é um caso especial em relação a vários países de renda per capita semelhante à nossa.

Infelizmente não existe evidência estatística abrangente anterior a 1960 quanto à distribuição de renda pessoal no país. Nem as poucas informações disponíveis sobre salários permitem formar um juízo sobre o que teria ocorrido antes de 1960. Assim, por exemplo, a média móvel do salário mínimo real em São Paulo estava em 1960 cerca de 44% acima do valor médio de 1940 (em ambos os casos, de julho do ano anterior a junho do ano de referência). No Rio de Janeiro — à época, Distrito Federal — o ganho em termos reais foi de cerca de 90%. A diferença deve-se às diferenças nos índices de custo de vida, dado que os valores nominais absolutos tiveram evolução semelhante.³⁹

É sabido que pelo menos desde 1960 as mudanças na concentração de renda têm caminhado em altos e baixos, mas com mais altos que baixos. A deterioração entre 1960 e 1970, da qual tanto se falou (tendo gerado esclarecedores debates), continuou durante boa parte do período de alta inflação e alcançou seu auge em 1989, quando o processo inflacionário atingiu níveis elevadíssimos. Não é à toa que os indicadores de desigualdade na distribuição de renda pioraram nos anos de superinflação, prejudicando mais claramente os mais pobres pelo fato de terem menos acesso à proteção de rendas conferida pela indexação.⁴⁰

A redução da desigualdade de renda logo após a implementação do Plano Real (de certa forma, semelhante à que já havia ocorrido por ocasião do Plano Cruzado) teve continuidade (ao contrário do caso daquele). Destaque-se especialmente a enorme redução na proporção e do número de pobres na população em meados da década de 90. Uma diminuição acentuada da desigualdade vem ocorrendo desde 2001, em boa medida baseada em programas de assistência às populações mais pobres.⁴¹ Mas dados os limites desses programas, dificilmente se pode esperar que a redução da desigualdade por essa via venha a diminuir a concentração de renda no Brasil aos níveis da de países com renda per capita semelhante ao nosso.

Se a evidência para as mudanças na distribuição de renda já são escassas, o que dirá da distribuição da propriedade. Aqui, como em tudo o mais nessa área, toda cautela na interpretação dos (parcos) resultados é pouca. A única informação que se pôde reunir para

³⁸ Referências obrigatórias nessa linha de estudos são os trabalhos de R. Paes de Barros. Ver por exemplo, Paes de Barros, Neri e Mendonça (1996), Paes de Barros e Mendonça (1996) e Paes de Barros, Henriques e Mendonça (2000).

³⁹ Um aspecto importante a mencionar dessa comparação é que os anos no entorno de 1960 foram, sabidamente, de valores recordes para o salário mínimo (vide IBGE, 2003, p. 457-460). Mas para efeito de uma comparação entre as duas datas a escolha é válida. É oportuno ressaltar ainda que a parcela da força de trabalho empregada que recebia de acordo com o salário mínimo era relativamente pequena em 1960. Outra evidência parcial, mas na direção oposta: a distribuição funcional da renda entre salários e outras rendas piorou na indústria entre 1939 e 1959 (datas dos Censos Industriais de 1940 e 1960): a parcela dos salários no valor adicionado (VTI) caiu de 29% para 26%.

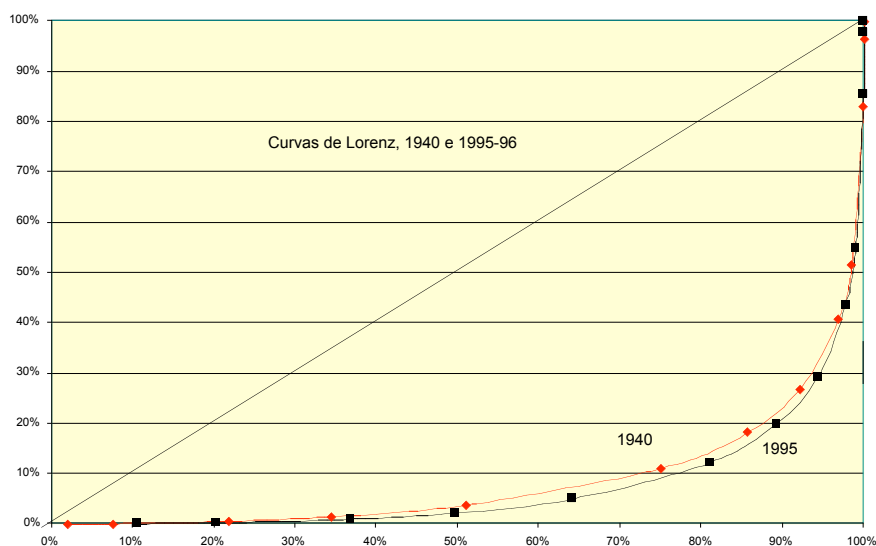
⁴⁰ Os índices de Gini para a população com rendimento passaram de 0,50 em 1960 para 0,56 em 1970, 0,59 em 1980, 0,63 em 1991 e 0,61 em 2000, segundo os Censos Demográficos. As flutuações desse índice reveladas pelas PNAD mostram claramente aumentos de concentração da renda entre 1981 e 1989 (0,63). Depois de 1993 tem-se queda quase que ininterrupta até 2005, quando o índice chegou a 0,54.

⁴¹ Resultados das PME do IBGE para as seis principais áreas metropolitanas deixam evidente que a desconcentração pessoal da renda continuou depois de 2005.

uma comparação no longo prazo refere-se à distribuição da propriedade da terra entre 1939 e 1995-96.

As curvas de Lorenz relacionadas à concentração da terra no Brasil, visualizadas no gráfico abaixo, não deixam margem a dúvidas: como a curva de 1995-96 envolve totalmente a de 1939, conclui-se que aumentou a concentração da terra no Brasil entre esses anos. Isso ocorreu apesar do enorme avanço no número de pequenas e médias propriedades entre os anos extremos do intervalo: cerca de 85% do aumento no número total de propriedades ocorreu na faixa até 50 hectares. Mas é inegável que a agropecuária dos dias de hoje é marcadamente distinta da dos anos 40 devido aos enormes ganhos de produtividade desde pelo menos os anos 70, às novas culturas e ao fato de que lavouras e pecuária se expandiram a taxas diferentes.

Gráfico 8: Curvas de Lorenz de Concentração da Propriedade da Terra no Brasil: 1939 e 1995-96



Fonte: IBGE (2003), dados dos Censos Agropecuários. Elaboração do autor.

Incerteza jurídica: A chamada “incerteza jurídica” pouco mudou, tendo sua importância sido mais claramente reconhecida recentemente.⁴² Nesse sentido, é bem sugestiva a advertência de Zweig a respeito seja da crônica falta de recursos para investir, seja da desconfiança dos empresários, como se nota na seguinte passagem: “O dinheiro sempre foi escasso no Brasil; mesmo os títulos públicos rendem mais ou menos oito por cento, e nos empréstimos particulares a taxa de juros ainda é consideravelmente maior. A desvalorização do mil-réis, já várias vezes ocorrida, e a velha desconfiança em relação a emprêgo de capitais na América do Sul, desconfiança que se já tornou instintiva, levaram os grandes capitalistas norte-americanos e europeus durante decênios a grande, e talvez excessivamente grande, cautela” (p. 150-151, grafia da época). Em seguida Zweig nota a reserva do governo em relação ao capital estrangeiro e conclui que “tudo isso tem retardado a industrialização, em comparação com a Europa e os Estados Unidos” (p. 151). O autor também destaca a carência de infraestrutura e diagnostica o sub-aproveitamento do capital humano (ênfatisando as doenças endêmicas) como causa de obstáculos ao desenvolvimento econômico.

⁴² Ver, sobre esse tema, Pinheiro (2002), Arida, Bacha e Resende (2005) e Pinheiro (2006).

5.4 Uma interrogação

Uma constante notável na análise do desempenho brasileiro no longo prazo são as crises recorrentes no balanço de pagamentos, que geraram ao longo da nossa história freqüentes episódios de estrangulamento externo com impacto sobre o desempenho econômico. Em contraste com essa constância está a enorme variedade de regimes cambiais adotados no país: câmbio fixo, depois fixo com controles, leilões de câmbio, flutuação cinzenta, desvalorização freqüente e programada depois de 1968 com pragmatismo na década de 70, desvalorização adicional no começo dos anos 1980, tentativa de manutenção do câmbio desvalorizado ao final anos 80 e começo 90, câmbio semi-fixo (banda cambial) durante o primeiro mandato do Pres. Cardoso (1994-98) e flutuante a partir de 1999.

Apesar do êxito do regime cambial flexível vigente em lidar com o desequilíbrio das contas externas no último quinquênio, nosso observador intertemporal não pode deixar de se colocar a pergunta: em que medida o fantasma do “estrangulamento externo”, que acompanhou nossa história por tanto tempo, pode ser considerado definitivamente afastado do cenário? Essa é uma questão em aberto, ocultada que está pelos êxitos com o regime de câmbio flexível concomitante ao excepcional desempenho da economia mundial e do comércio internacional dos últimos anos, que tiveram forte impacto sobre a *performance* comercial brasileira.

5.5 Por que o Brasil não cresce mais?⁴³

Os obstáculos ao crescimento mais acelerado da economia não se encontram pelo lado da demanda, mas pelo da oferta. Isso porque a curto prazo é relativamente fácil expandir a demanda agregada — correndo-se o risco de, uma vez ocupada a capacidade, gerar pressões inflacionárias caso a oferta aumente pouco. Isso posto, há três obstáculos principais ao crescimento mais acelerado. O primeiro é que a quantidade do investimento fixo nos níveis atuais é insuficiente para permitir um crescimento mais rápido, como sugerido pelas taxas de investimento mostradas no Gráfico 5. O segundo refere-se à qualidade do investimento, que também é insatisfatória. O terceiro refere-se à insuficiência de capital humano.⁴⁴

Taxas de investimento bruto fixo da ordem de 18 a 20 %, como as observadas recentemente no Brasil, não permitem que se cresça mais do que cerca de 3,5 a 4,0 % ao ano a médio prazo, mantido constante o grau de utilização de capacidade na economia (que, de qualquer forma, não pode aumentar além de certo ponto). Um lado interessante dessa questão é que aparentemente não se trata de falta de poupança: a taxa de poupança doméstica bruta, que é o que financia o investimento (fixo e em estoques) alcançou 23% em 2004⁴⁵, contra 15% em 1999, como resultado do ajustamento externo. Então, o que inibe o investimento? Essa questão é complexa e envolve um grande número de fatores. A elevada carga tributária é um deles. Outro aspecto importante é que o investimento fixo é endógeno: o próprio crescimento gera expectativas favoráveis nos agentes econômicos, estimulando o investimento fixo, além de permitir o aparecimento de retornos crescentes. Mas no que se segue focalizaremos dois aspectos inter-relacionados: nível das taxas de juros e incerteza.

⁴³ Ver também, sobre este tema, Pinheiro (2004) e Bacha e Bonelli (2005).

⁴⁴ É claro que há importantes interações entre essas ordens de fatores, que estamos ignorando no texto.

⁴⁵ Note-se que 2% do PIB são financiamento ao exterior, ou “despoupança” externa — isto é, superávit do balanço de pagamentos em conta corrente. Há indícios de que o aumento da poupança está sendo revertido devido ao aumento de gastos públicos e privados depois de 2004.

As taxas de juros no Brasil são muito altas em parte como resultado da política fiscal⁴⁶ e das perspectivas de sustentabilidade do endividamento público. Pelo lado da produção, juros básicos altos induzem os agentes econômicos a aplicar em títulos do governo, em vez de investir em capital fixo, o que aumentaria a oferta.⁴⁷ Mas não é só a taxa dos títulos públicos que importa. Como sabemos, as taxas de juros cobradas nos empréstimos de diversos tipos são na realidade múltiplos da taxa básica da economia. Isso porque nas taxas cobradas os emprestadores também embutem margens para cobrir a tributação (cunha fiscal), a inadimplência dos tomadores, as taxas compulsórias (diminuindo os recursos livres), além de margens de lucro que têm sido recordes refletindo, possivelmente, pouca competição no sistema de empréstimos. Assim, as taxas de empréstimo são elevadas não só porque a taxa de captação é muito alta, mas, também, porque os *spreads* são elevados.

Além das altas taxas de juros, o investimento fixo também é inibido por diversos tipos de incerteza, que tendem a desestimular e/ou postergar os gastos com inversões. Essas incertezas estão associadas ao tamanho da dívida interna pública, a marcos regulatórios imperfeitos ou inexistentes, ao medo de estatização, a receios em relação à legislação ambiental, ao risco de expropriação por movimentos sociais, a mudanças não antecipadas nas regras do jogo, etc.⁴⁸

No que diz respeito à qualidade do investimento fixo, há também diversos aspectos a considerar, mas quase todos têm a ver com a produtividade do capital. O primeiro é que nem todos os investimentos fixos aumentam a capacidade de produção da mesma forma. O investimento em construção residencial, por exemplo, não aumenta diretamente a capacidade de produção.⁴⁹ Assim, para elevar a capacidade é preciso que o investimento nas atividades de construção seja feito em instalações industriais e de serviços produtivos e na infra-estrutura.

Como é bem sabido, as deficiências na infra-estrutura se devem às dificuldades orçamentárias dos governos, em seus diversos níveis, das quais resultam recursos insuficientes para aplicação nessas áreas. Mas elas se devem também a dificuldades no marco regulatório em alguns segmentos. Como a carência de recursos para investimento deve persistir por algum tempo — e a infra-estrutura brasileira já apresenta sinais de estar próxima da saturação física em alguns casos — muita ênfase foi posta nas Parcerias Público Privadas (PPP) como forma de estimular o investimento em infra-estrutura sob condições de contenção de gastos fiscais. Mas essas iniciativas não têm deslanchado, em parte devido à inexistência de marcos regulatórios apropriados.

O investimento em máquinas e equipamentos, por seu turno, tem impacto mais direto sobre a capacidade de produção. Aqui é preciso reconhecer que, em que pese a qualidade das máquinas e equipamentos produzidos no Brasil, as importadas têm, em geral,

⁴⁶ É importante assinalar também, dada sua relação com o nível e as despesas com juros, que a elevada carga tributária deprime a rentabilidade das empresas e reduz os recursos para investimento.

⁴⁷ Projetos que rendam menos do que os papéis do Tesouro (e cujo retorno, além disso, é possivelmente mais incerto porque a dívida pode ser objeto de calote, total ou parcial) serão adiados até que seu rendimento esperado supere o dos títulos públicos.

⁴⁸ Conclui-se que para acelerar o crescimento é preciso : diminuir os juros básicos na economia; aumentar a competição entre os agentes financeiros; diminuir a carga tributária e em particular a cunha fiscal; e agir no sentido de reduzir o grau de incertezas de vários tipos que ainda persistem, de modo a estimular os agentes privados a investir.

⁴⁹ A parcela da construção no investimento fixo chegou a 70% em 1998, sendo atualmente da ordem de 64%.

qualidade superior às nacionais devido à tecnologia incorporada no equipamento produzido no exterior.⁵⁰

Há uma terceira ordem de fatores, além de aumento na quantidade e melhoria na qualidade do investimento fixo, que deve ser mencionada pelos seus efeitos a médio e longo prazo: a oferta e uso eficiente da mão de obra, implicando expansão do capital humano pela educação e treinamento, reforma trabalhista e redução da informalidade.

Além da óbvia necessidade de aumentar a escolaridade (com qualidade), é fundamental avançar também na reforma da legislação trabalhista visando melhorar as condições de oferta de mão de obra. As empresas percebem a legislação brasileira como impondo mais ônus do que em outros países. Em parte por isso, trabalhadores são deslocados para o setor informal, no qual as regulamentações não se aplicam, e os empregos têm alta rotatividade (com reflexos negativos sobre a produtividade). A elevada informalidade das empresas e da mão de obra no Brasil (cerca de metade da ocupação) deve-se ao custo de obedecer a normas e legislações. Isso gera, especialmente, evasão do pagamento de impostos sobre o custo do trabalho. Uma vez informais, as firmas têm pouco incentivo para investir em capital físico e humano e o acesso ao crédito torna-se mais difícil. Além disso, têm pouco incentivo para crescer porque isso as tornaria mais visíveis. O impacto sobre a produtividade e sobre a produção opera através do menor uso de capital relativamente à mão de obra do que nas demais firmas. Os ganhos de produção e produtividade que podem ser obtidos com a redução da informalidade são muito elevados.

Vale a pena lembrar que o Brasil é um exemplo da adoção de diversas reformas razoavelmente bem sucedidas: abertura comercial e financeira; privatização; término de monopólios públicos na infra-estrutura; promoção da desregulação de setores econômicos; atitude mais aberta em relação ao investimento estrangeiro; e, não menos importante, a reforma para o controle da inflação. A pergunta que naturalmente se coloca é: o que falta fazer na área das reformas? Uma agenda frequentemente citada inclui as reformas previdenciária, tributária e trabalhista; o aperfeiçoamento de instituições capazes de melhorar a operação dos mercados (visando prover preços e incentivos corretos); a proteção dos direitos de propriedade e a garantia da prevalência do direito (*rule of law*); e a provisão ampla de informação para todos os agentes econômicos.

Quanto às instituições, sabe-se que a existência e funcionamento de regras, legislação e agências apropriadas são fundamentais para o crescimento. As reformas que visam ao aperfeiçoamento das instituições — aí incluídas com destaque a criação de marcos regulatórios apropriados — também atuam sobre as fontes de crescimento da economia, agindo sobre fatores operando pelo lado da oferta e da demanda. Muito se avançou neste caminho desde os anos 40 do século passado. Mas as mudanças que acompanham o desenvolvimento sugerem que essa tarefa é permanente.

BIBLIOGRAFIA

Abreu, M. P. (1999) **O Brasil e a Economia Mundial, 1930-45**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Arida, P., Bacha, E. e Resende, A. L. (2005) “Credit, interest, and jurisdictional uncertainty: conjectures on the case of Brazil”, em F. Giavazzi, I. Goldfajn e S. Herrera

⁵⁰ Logo, seria necessário: aumentar o componente importado de máquinas e equipamentos por meio de abertura às importações e redução da tributação; elevar o investimento público em infra-estrutura; e atrair o investimento privado por meio de medidas que diminuam a incerteza ainda associada ao investimento, especialmente em infra-estrutura. Marcos regulatórios apropriados são fundamentais nesse processo.

(orgs.), **Inflation Targeting, Debt, and the Brazilian Experience, 1999 to 2003**. Cambridge, MA: MIT Press.

Bacha, E. L. e Bonelli, R. (2005) “Uma Interpretação das Causas da Desaceleração Econômica do Brasil”, em Revista de Economia Política, 25(3), Julho – Setembro. São Paulo: Editora 34.

Bonelli, R. (2004) “O que Causou o Crescimento Econômico do Brasil?”, em Giambiagi, Vilella, Barros de Castro e Hermann.

Bonelli, R. e Malan, P. S. (1976) "Os Limites do Possível: Notas sobre Balanço de Pagamentos e Indústria nos Anos 70", in Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 6, n. 2, Agosto. Rio de Janeiro: IPEA.

Giambiagi, F., Vilella, A., Barros de Castro, L. e Hermann, J. (ed.) (2004) **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Campus - Elsevier.

Giambiagi, F., Reis, J. G e Urani, A. (org.) (2004) **Reformas no Brasil: Balanço e Agenda**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Gomes, V., Pessôa, S. e Veloso, F. (2003) “Evolução da produtividade total dos fatores na economia brasileira: uma análise comparativa”. Pesquisa e Planejamento Econômico v. 33, n. 3. Rio de Janeiro: IPEA.

IBGE (1990) **Estatísticas Históricas do Brasil**. 2ª edição, revista e ampliada. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE (2003) **Estatísticas do Século XX**. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE.

IPEA (2006) **BRASIL: O Estado de uma Nação — Mercado de Trabalho, Emprego e Informalidade**. Paulo Tafner (editor). Rio de Janeiro: IPEA.

Malan, P. S. (1981) **Política Econômica e Teorias de Balanço de Pagamentos: Relações Internacionais do Brasil no Período 1946-79**. Rio de Janeiro (não publicado)

Malan, P. S., Bonelli, R., Abreu, M. P. e Pereira, J. E. C (1977) **Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/52)**. *Relatório de Pesquisa* nº 36. Rio de Janeiro: IPEA.

Malan, P. S. e Bonelli, R. (1977) "The Brazilian Economy in the Seventies: Old and New Developments" em World Development, Special Issue on Latin America, January-February.

Malan, P. S. e Bonelli, R. (1992) “The Success of Growth Policies in Brazil”, em Teitel, S. (ed.) **Towards a New Development Strategy for Latin America**. Inter-American Development Bank, Washington, D.C.

Paes de Barros, R., Neri, M. C. e Mendonça, R. (1996) “Pobreza e inflação no Brasil: uma análise agregada”, em **A Economia Brasileira em Perspectiva — 1996**. Rio de Janeiro: IPEA (2 vol.)

Paes de Barros, R. e Mendonça, R. (1996) “Os determinantes da desigualdade no Brasil”, em **A Economia Brasileira em Perspectiva — 1996**. Rio de Janeiro: IPEA (2 vol.)

Paes de Barros, R., Henriques, R. e Mendonça, R. (2000) “A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil”, em Henriques, R. (organizador) (2000) **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA.

Pinheiro, A. C. (2002) “Judiciário, Reforma e Economia: A Visão dos Magistrados”, Dezembro.

Pinheiro, A. C. (2004) “Por que o Brasil Cresce Pouco”, in Giambiagi, Reis e Urani (org.) **Reformas no Brasil: Balanço e Agenda**, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

Pinheiro, A. C. (2006) “Segurança Jurídica, Crescimento e Exportações”, Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais, N. 31, Jan-Mar.

Pinheiro, A. C., Gill, I.S., Servén, L. e Thomas, M.R. (2001) **Brazilian economic growth, 1900-2000: lessons and policy implications**. Washington, DC.: The World Bank.

Zweig, S. (1941) **Brasil País do Futuro**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.